

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2021-2022



RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2021-2022

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2021-2022

O artigo 225 da Constituição afirma:

“todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”.

Sumário

Apresentação	8
Competências da CMA	11
Capítulo 1	
Atividades da Comissão	12
Capítulo 2	
Diálogo e Participação Social	20
Capítulo 3	
Agenda Internacional	25
Ficha Técnica	30
Anexos	32

Apresentação

Senhoras Senadoras e Senhores Senadores,

Com muita satisfação, apresento o balanço dos trabalhos e atividades realizados no biênio 2021/2022 na Comissão do Meio Ambiente.

Assumi a presidência desta comissão em 24 de fevereiro de 2021, tendo ao meu lado o Senador Confúcio Moura como vice-presidente.

Importante registrar que, naquele momento, estávamos sob um contexto nacional e internacional bastante negativo. O País vivia a entrada da segunda onda da pandemia mundial de covid-19, que alcançaria seu auge pouco tempo depois, ultrapassando a assustadora marca de mais de 3.000 mortes de brasileiros e brasileiras por dia.

As Casas do Congresso Nacional vinham funcionando com restrições, desde o ano anterior. Somente em meados de março de 2021, tendo a Comissão do Meio Ambiente na dianteira, foram retomados os trabalhos nas comissões, em formato de trabalho semipresencial.

O governo federal prosseguia o desmonte da agenda ambiental, iniciado em janeiro de 2019: retrocesso e desconstrução das políticas públicas, das instituições e dos instrumentos estabelecidos nos governos anteriores. Dessa maneira, o governo sinalizava a retirada da pauta ambiental da agenda do país, na contramão do cumprimento das metas assumidas junto aos fóruns internacionais, onde o Brasil vinha tendo presença e atividades destacadas.

O desmatamento na Amazônia continuava em ritmo acelerado, ao mesmo tempo em que éramos alertados pelos consistentes e dramáticos avisos da comunidade científica internacional sobre a emergência climática, os quais continuavam e continuariam sendo ignorados pelo governo brasileiro até o final de 2022.

Dessa maneira, ficaram mais evidentes a relevância do papel da Comissão de Meio Ambiente e a necessidade de ajudar a viabilizar no Parlamento a construção de uma agenda para o Brasil, centrada na sustentabilidade e considerando três dimensões interrelacionadas e de igual importância: econômica, social e ambiental.

É preciso ousadia, coragem, competência e criatividade para a necessária transformação radical que enfrente os impactos da crise climática, o que será impossível de realizar sem um pacto claro e capaz de mobilizar toda a sociedade, paralelamente a uma eficaz coordenação de políticas públicas.

Diante desse quadro, tomamos três direções estratégicas e convergentes para balizar as nossas ações: resistência ao desmonte ambiental, diálogo com a sociedade civil brasileira e a cooperação internacional sobre o clima.

Começamos com a implementação do Fórum da Geração Ecológica, iniciado em junho/2021 e finalizado um ano depois, que resultou em um potente arcabouço legislativo, fruto de um espaço democrático aberto a 42 representantes da sociedade civil brasileira, através de 5 grupos temáticos.

A transição rumo a um novo modelo econômico de baixo carbono e sustentável requer cooperação, tanto com governos quanto com instituições científicas, organizações ambientais, comunidades indígenas, mídia, investidores e empresas.

Nesse sentido, o Fórum foi um chamado à sociedade civil brasileira para o debate saudável e a construção coletiva, que resultou em um arcabouço legislativo potente, com 26 projetos de lei dentre outras propostas. Esperamos que seus conteúdos sejam debatidos, enriquecidos e consolidados no parlamento brasileiro.

Paralelamente aos trabalhos do fórum, nesses 2 anos, realizamos várias reuniões com entidades da sociedade civil brasileira, para coordenar ações que pudessem frear as pautas destrutivas, estimuladas pelo governo federal no Congresso Nacional, possibilitar a busca de consenso em assuntos conflituosos, assim como avançar nas proposições.

Na linha da cooperação internacional, tomamos a iniciativa de criar o Observatório Parlamentar para Mudança Climática e Transição Justa - OPCC, construído em conjunto com líderes parlamentares da América Latina e do Caribe, para constituir uma ferramenta de informação compartilhada de dados sobre a situação da legislação ambiental nas regiões, bem como fortalecer a cooperação entre esses parlamentos para a formulação e a aprovação de políticas pertinentes a uma transição justa e a economias de baixo carbono. O OPCC é mediado pela Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL).

Ao longo desta publicação, está descrito o resultado dos trabalhos realizados na Comissão durante esses dois anos, com destaques para iniciativas e ações estratégicas que apoiaram o país na direção da necessária transição ecológica.

Agradeço ao Senador Confúcio Moura e aos demais senadores e senadoras da Comissão a confiança o diálogo e o respeito em que se basearam os trabalhos desenvolvidos durante nossa convivência em tempos tão difíceis.

Jaques Wagner
Presidente da Comissão do Meio Ambiente do Senado Federal
Biênio 2021-2022

COMPETÊNCIAS DA CMA

A Comissão de Meio Ambiente (CMA) do Senado Federal é uma das quatorze Comissões Permanentes da Casa. Conforme art. 102-F do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CMA “opinar sobre assuntos pertinentes à defesa do meio ambiente, especialmente:

(i) proteção do meio ambiente, controle da poluição, conservação da natureza e defesa do solo, dos recursos naturais e genéticos, das florestas, da caça, da pesca, da fauna, da flora e dos recursos hídricos;

(ii) política e sistema nacional de meio ambiente;

(iii) preservação, conservação, exploração e manejo de florestas e da biodiversidade;

(iv) conservação e gerenciamento do uso do solo e dos recursos hídricos, no tocante ao meio ambiente e ao desenvolvimento sustentável;

(v) fiscalização dos alimentos e dos produtos e insumos agrícolas e pecuários, no tocante ao meio ambiente e ao desenvolvimento sustentável;

(vi) direito ambiental;

(vii) agências reguladoras na área de meio ambiente, inclusive a Agência Nacional de Águas (ANA) e;

(viii) outros assuntos correlatos”.

A comissão possui 34 cadeiras, sendo 17 para membros titulares e 17 para suplentes. Os membros são, então, divididos em blocos parlamentares, estratégia para garantir proporcionalidade partidária das bancadas nas comissões.

No biênio 2021/2022, a CMA foi presidida pelo Senador Jaques Wagner (PT/BA), tendo o Senador Confúcio Moura (MDB/RO) como vice-presidente. As senadoras e senadores membros da CMA estão no Anexo I deste documento.



Senador Jaques Wagner, presidente da CMA
Foto: Pedro França/Agência Senado.



Senador Confúcio Moura, vice-presidente da CMA
Foto: Pedro França/Agência Senado



Capítulo 1

Atividades da Comissão

No biênio 2021/2022, foram realizadas 66 reuniões da Comissão, sendo 37 para audiências públicas e as demais para deliberar sobre matérias, orçamento e sabatina para diretoria de órgão.

Neste período, a Comissão deliberou sobre 42 matérias legislativas, sendo 41 Projetos de

Lei (PL) e um ofício, oriundo de moção enviada pela prefeitura de Itu, estado de São Paulo.

Dentre os PLs, foram 22 não terminativos e 18 terminativos. A lista completa de matérias deliberadas na CMA, neste período, consta no Anexo II deste documento.

Das matérias deliberadas

Dentre as matérias deliberadas, a CMA tratou de duas referentes a unidades de conservação.

A primeira, o **PL 5174/2019**, de autoria do Senador Confúcio Moura, propunha alterar a Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que trata do **Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC)**, para exigir a realização prévia de estudos técnicos e consulta pública para a desafetação, redução dos limites e recategorização de unidade de conservação. A matéria, de caráter terminativo, recebeu parecer favorável do Senador Jaques Wagner. Remetido à Câmara dos Deputados, o PL recebeu parecer pela rejeição, e foi arquivado.

De temática semelhante, a CMA deliberou sobre o **PLS 247/2018**, de autoria do Senador Eduardo Amorim, que propunha alterar categoria da **Reserva Biológica de Santa Isabel**, uma unidade de conservação do grupo de proteção integral, para Parque Nacional. De acordo com o SNUC, a Reserva Biológica é uma categoria mais protetiva, sendo direcionada a áreas com alta importância ecológica. A matéria, de caráter terminativo, recebeu parecer do Senador Confúcio Moura, relator da matéria, pela rejeição e foi arquivada.

É interessante observar a quantidade de matérias legislativas que propõem alteração em categoria, limite ou até a desafetação de unidades de conservação em nosso país. Conforme legislação vigente, basta um projeto de lei aprovado pelo Congresso Nacional para alterar essas áreas, fundamentais para manter o equilíbrio ambiental nos diferentes biomas. Muitas vezes esses projetos de lei são motivados por conflitos

relacionados ao território, seja por falta de celeridade do Estado nos processos de indenização dos posseiros, seja para elaboração de planos de manejo, entre outras ameaças. Ainda tramitam na CMA outros oito projetos de lei que tratam da mesma temática.

Outro tema de relevância tratado diz respeito à mineração. Em abril de 2022, a CMA aprovou o **PL 2788/2019**, de autoria do Deputado Zé Vitor, que institui a **Política Nacional de Direitos das Populações Atingidas por Barragens (PNAB)**, entre outras providências. Esta matéria recebeu grande apelo de diferentes setores da sociedade civil, sobretudo do Movimento das Populações Atingidas por Barragens (MAB), que há muitos anos vem lutando para que haja segurança jurídica para aquelas pessoas que, historicamente, são impactadas por empreendimentos como estes. A matéria relatada pela senadora Leila Barros (PDT/DF), recebeu parecer pela aprovação e seguiu para a Comissão de Serviços e Infraestrutura (CI).



Senadora Leila Barros, relatora do PL 2788/2019, durante audiência pública na CMA. Foto: Edilson Rodrigues/Agência Senado

Ainda considerando a temática, cabe dar destaque ao **OFS 10/2022**, originalmente encaminhado como moção de protesto e repúdio, que foi convertida em matéria legislativa para apreciação da Comissão. O ofício é de autoria da Câmara Municipal da Estância Turística de Itú-SP e se relaciona à denúncia sobre transferência de lixo radioativo para o município pela empresa Indústrias Nucleares do Brasil (INB). A relatoria da matéria foi avocada pelo Presidente, Senador Jaques Wagner, que emitiu relatório detalhando a situação e encaminhando três requerimentos de informação aos Ministérios de Meio Ambiente (MMA), Minas e Energia (MME) e Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI). Os requerimentos (**REQ 38/2022-CMA**, **REQ 39/2022-CMA** e **REQ 40/2022-CMA**) foram encaminhados pelo Congresso Nacional em 14 de novembro de 2022. Os três requerimentos obtiveram respostas e podem ser consultados no link de cada um.

Ainda tramitam na CMA outros seis projetos de lei que tratam do mesmo tema.

Dentro do grupo de propostas que alteram alguma norma já existente, a CMA deliberou sobre seis matérias que alteravam a Lei nº 9.605, de

12 de fevereiro de 1998, mais conhecida como **Lei de Crimes Ambientais**. Dessas, três tratavam de aprimorar a legislação no que tange a delitos relacionados aos **maus-tratos animais**. O **PLS 396/2015**, o **PLC 134/2018** e o **PL 4206/2020**, aprovados nesta comissão, tratam de aumentar a pena sobre maus-tratos animais. Ainda relacionado ao bem-estar animal, a CMA aprovou o **PL 90/2020**, que propõe a criação de uma nova norma para proibir a alimentação forçada de animais.

Cabe ainda destacar a aprovação, em caráter terminativo, do **PLS 222/2016**, que institui a **Política de Desenvolvimento Sustentável da Caatinga**. Para instruir a matéria, o relator, Senador Jean Paul Prates (PT/RN), realizou audiência pública, em novembro de 2022. Na ocasião, representantes de diferentes setores trouxeram informações de alta relevância alertando para a conservação do bioma. A exemplo, os participantes apresentaram uma série de potencialidades econômicas a partir de espécies da Caatinga como o licuri, umbu e o cambuí, espécies que apresentam enorme potencial para as indústrias alimentícia e de fármacos, dada a infinidade de propriedades medicinais dessas espécies.



Bioma Caatinga.

Foto: reprodução internet.

Das audiências públicas

No período de 2021 e 2022, a CMA realizou 37 audiências públicas, com diferentes finalidades, seja para debater temas de relevância, instruir projetos de lei em tramitação, subsidiar avaliação de política pública, promover o Junho Verde do Senado Federal ou o comparecimento de ministro de Estado.

Em 2021, foram realizadas 21 audiências públicas, divididas em:

- Instrução de matéria: 11
- Tema de interesse: 3
- Avaliação de política pública: 3
- Junho Verde: 3
- Comparecimento de ministro de Estado: 1

Em 2022, as 16 audiências públicas realizadas foram divididas em:

- Instrução de matéria: 4
- Tema de interesse: 4
- Avaliação de política pública: 3
- Junho Verde: 5

O Anexo III traz o quadro resumo das audiências públicas realizadas no período.

Quanto às audiências públicas destinadas à instrução de matéria, destaca-se aquelas que objetivaram promover o debate relacionado à **regularização fundiária (PL 2633/2020 e PL 510/2021)** e ao **licenciamento ambiental (PL 2159/2021)**. Ambas as matérias estão tramitando simultaneamente entre a CMA e a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA).

O **PL 3668/2021**, que trata do **marco legal para os bioinsumos** (ou insumos biológicos), foi

objeto de duas audiências públicas em 2022. A partir da escuta das diferentes representações que contribuíram nas referidas audiências, a matéria, que agregou apelo e envolvimento de diversas entidades relacionadas ao setor, será ainda tema de ação da CMA, no próximo ano. O parecer apresentado foi exaustivamente lapidado e aperfeiçoado pelo relator, Senador Veneziano Vital do Rêgo.



Senador Veneziano Vital do Rêgo, relator do PL 3668/2021.

Foto: Roque de Sá/Agência Senado.”

Quanto aos temas de relevância para a agenda ambiental em geral, a CMA trouxe debates referentes a: **função ecológica da propriedade, uso de agrotóxicos no Brasil, estratégia internacional destinada ao combate às mudanças climáticas e pesca de arrasto no litoral do estado do Rio Grande do Sul**.

Datas importantes também receberam atenção, como: Dia Internacional de Luta Contra as Barragens, pelos Rios, pela Água e pela Vida (14 de março), Dia Mundial da Água (22 de março) e Dia Nacional da Caatinga (28 de abril).

Em 31 de agosto de 2021, a CMA contou com o comparecimento do recém-empossado Ministro de Estado de Meio Ambiente, Senhor Joaquim Álvaro Pereira Leite, convidado para apresentar à Comissão seus planos à frente da pasta.

As audiências públicas referentes à **avaliação de política pública** e **Junho Verde** do Senado Federal serão comentadas nas seções seguintes.

Das Avaliações de Política Pública

Aquém da importância da deliberação de projetos de lei, cabe destacar as políticas públicas avaliadas neste biênio. A avaliação de políticas públicas está prevista em nossa Constituição, promulgada em 1988. Cabe ao Poder Legislativo fiscalizar ações do Poder Executivo. Essa fiscalização pode se dar, entre outras ferramentas, pela avaliação da implementação de políticas públicas, em um determinado período.

Em 2021, a Senadora Eliziane Gama foi a responsável pela relatoria da avaliação das **políticas climáticas e de prevenção e controle do desmatamento, no período de 2019 a 2021**. A avaliação identificou três principais resultados: (i) descontinuidade das políticas climáticas e de prevenção e controle do desmatamento, (ii) desmantelamento de estruturas institucionais participativas e (iii) interrupção do fomento de projetos pelo Fundo Amazônia.



Senadora Eliziane Gama

Foto: Marcos Oliveira/Agência Senado.

A construção do relatório contou com a realização de duas audiências públicas na CMA, espaços que possibilitaram a exposição de informações por diferentes representantes da sociedade civil, as quais foram fundamentais para coletar subsídios que seriam utilizados no relatório. O relatório produzido foi posteriormente apresentado pela senadora na COP26, em novembro do mesmo ano, na Escócia.

O documento final traz recomendações endereçadas ao Poder Legislativo e ao Poder Executivo. Ao primeiro, a relatora sugere que o Congresso aprove o conjunto de proposições legislativas positivas para a agenda climática e de controle do desmatamento, como a **PEC**

233/2019, que inclui entre os princípios da ordem econômica a manutenção da estabilidade climática.

Ao Poder Executivo, as recomendações contemplam a alocação de recursos para a política climática e o controle do desmatamento, atualização de estruturas de governança, reativação do Fundo Amazônia, fortalecimento do ICMBio, IBAMA e MMA, combate efetivo à grilagem de terras e promoção do uso sustentável da vegetação nativa.

Em 2022, o Senador Fabiano Contarato foi responsável por relatar a avaliação de política pública relacionada à **regularização fundiária e os impactos ambientais gerados pela ocupação ilegal de áreas públicas na Amazônia Legal**. O relatório identificou que, a partir de 2015, houve aumento significativo nas taxas de desmatamento no bioma amazônico, particularmente em terras públicas, como resultado direto da grilagem para fins de especulação fundiária, sobretudo a partir de registros ilegais no Cadastro Ambiental Rural (CAR) em Florestas Públicas Não-Destinadas (FPND), Terras Indígenas (TI) e Unidades de Conservação (UC), configurando o uso do CAR como caminho para legitimar a grilagem em terras públicas.

Como resultado da avaliação de política pública realizada em 2022, o Senador Fabiano Contarato apresentou duas indicações ao Poder Executivo (**INS 64/2022** e **INS 65/2022**). Ambas as indicações, uma endereçada diretamente ao Poder Executivo e a outra ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), apresentam sugestões de providências relacio-



Senador Fabiano Contarato com lideranças indígenas

Foto: Jefferson Rudy/Agência Senado.

nadas ao aperfeiçoamento do CAR, ao combate à grilagem de terras, à construção de uma política de governança fundiária mais eficiente, ao combate ao desmatamento ilegal decorrente dos problemas do modelo atual de regularização fundiária e ao combate à ocupação e ao des-

matamento ilegais nas florestas públicas não destinadas (FPND).

Os resultados de avaliações de políticas públicas, na CMA, estão disponíveis no link <https://legis.senado.leg.br/comissoes/arquivos?ap=766&codcol=50>

Do Junho Verde do Senado Federal

Em 2019, o Senado Federal aprovou Projeto de Resolução do então presidente da CMA, Senador Fabiano Contarato, que inaugurou o Junho Verde nesta Casa. A Resolução 14/2020 institui a campanha “Junho Verde”, para promover a conscientização da sociedade sobre a importância da preservação dos recursos naturais e do meio ambiente. Atendendo a resolução, no dia 5 de junho em ambos os anos, dia mundial do meio ambiente, o Congresso Nacional ficou iluminado na cor verde, em alusão à data.

Em 2021, a CMA realizou três eventos referentes ao Junho Verde com os seguintes temas: alimentação saudável e os modelos possíveis para uma agricultura sustentável, poluição por plástico descartável e seus impactos e um webinar internacional sobre transição justa e as estratégias para uma recuperação sustentável.

Em 2022, foram cinco audiências públicas em alusão ao Junho Verde, com os seguintes temas: (i) gestão, monitoramento e aperfeiçoamento do Cadastro Ambiental Rural (CAR), reforçando a data de aniversário de 10 anos do Código Florestal, (ii) Política Nacional de Educa-

ção Ambiental como política pública do Estado Brasileiro, (iii) a viabilidade de uma lei sobre a Economia Circular do Plástico, (iv) desafios e potenciais da economia da sociobiodiversidade e (v) os impactos das mudanças climáticas em territórios urbanos e rurais negros no Brasil, audiência realizada em conjunto com a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).

Soma-se a esta iniciativa a proposição legislativa, elaborada junto à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Trata-se do **PL 1070/2021**, já convertido em lei. A Lei 14.393, de 4 de julho de 2022, instituiu a Campanha Junho Verde no âmbito da Política Nacional de Educação Ambiental, de forma a garantir que agentes públicos trabalhem em prol do entendimento da população acerca da importância da conservação dos ecossistemas naturais para as presentes e futuras gerações. A educação é uma ferramenta poderosa para a transformação social e, portanto, é a chave-mestra para alcançarmos a transição ecológica que tanto almejamos.”

Da sabatina para diretoria de órgão

Em abril de 2022, a CMA realizou sabatina com indicados para cargos de diretoria na Agência Nacional de Águas (ANA). Na ocasião, foram aprovados os nomes de Veronica Sánchez da Cruz Rios como Diretora-presidente, Mauricio

Abijaodi Lopes de Vasconcellos para Diretoria de Planejamento, Ana Carolina Argolo Nascimento de Castro para Diretoria de Gestão e Filipe de Mello Sampaio Cunha para Diretoria de Regulação.

Da Subcomissão do Pantanal

A Subcomissão Permanente de Proteção ao Pantanal (CMABIOPANT) foi instalada em maio de 2022. É presidida pelo Senador Wellington Fagundes, autor do pedido de criação do colegiado (REQ 24/2021). O objetivo central dessa iniciativa é aprovar o PL 5482/2020, o Estatuto do Pantanal, para apresentar ao país uma legislação específica para o bioma, que é patrimônio natural da humanidade.

Em junho de 2022, a CMABIOPANT participou do Fórum Internacional do Turismo do Pantanal 2022, com o intuito de colher subsídios para o colegiado.

A subcomissão, na última legislatura, foi composta por oito representantes, sendo quatro titulares e quatro suplentes. São eles:

- Senador Wellington Fagundes (PL/MT) - presidente;
- Senador Izalci Lucas (PSDB/DF) - vice-presidente;
- Senador Jayme Campos (UNIÃO/MT);
- Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS);
- Senador Carlos Fávaro (PSD/MT);
- Senador Paulo Rocha (PT/PA);
- Senadora Leila Barros (PDT/DF);
- Senador Plínio Valério (PSDB/AM).

Maiores informações no link <https://legis.senado.leg.br/comissoes/comissao?codcol=2465>



Bioma Pantanal.

Foto: reprodução internet.

Das emendas para o PLOA

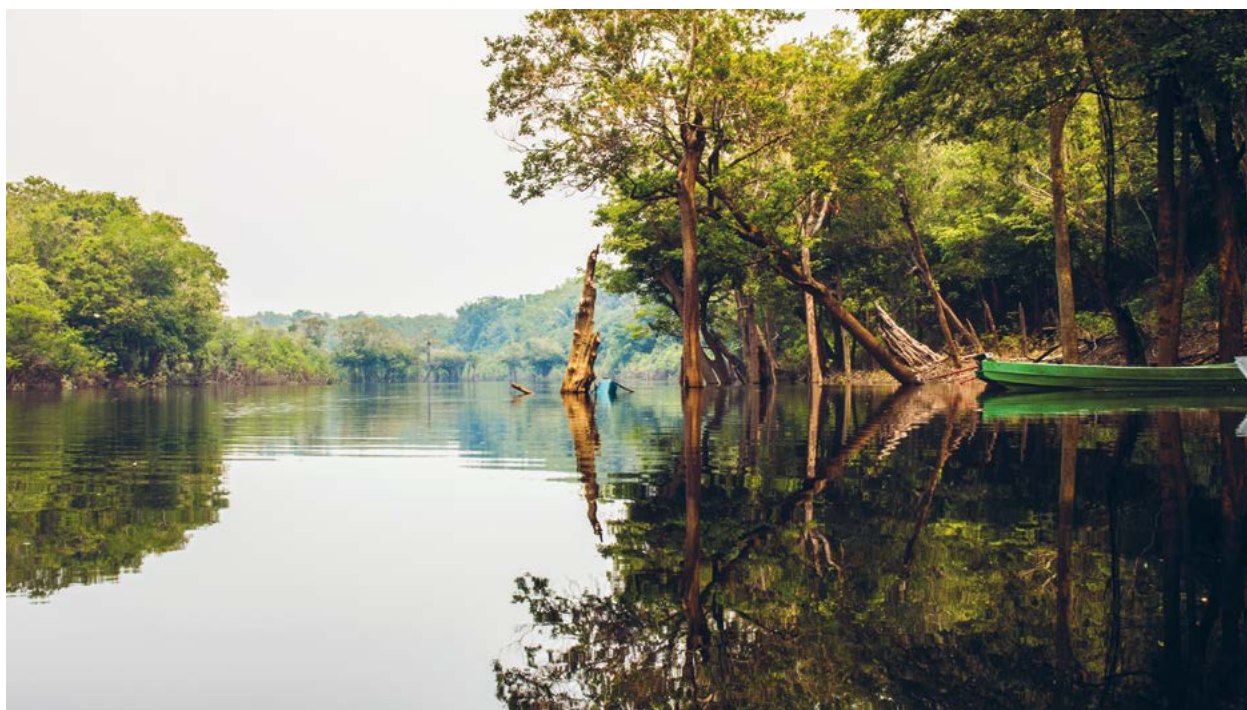
Anualmente, as Comissões da Casa aprovam emendas do Projeto da Lei Orçamentária Anual (PLOA) destinadas às ações sobre os temas de sua competência. Em 2021, a CMA aprovou a

destinação de **R\$ 650 milhões** em emendas ao Orçamento a serem executadas em 2022. Das quatro emendas aprovadas, duas — no valor de R\$ 300 milhões cada uma — foram destinadas ao

lbama para ações de prevenção e o combate a incêndios florestais nas áreas federais prioritárias, para financiamento da gestão e uso sustentável da biodiversidade brasileira e da recuperação ambiental.

Em novembro de 2022, a CMA aprovou emendas que somavam **R\$ 1,23 bilhão** para ações de preservação e recuperação do meio ambien-

te, praticamente o dobro do valor aprovado no ano anterior. Deste total, R\$ 500 milhões eram destinados à implantação de programas, planos e ações para melhoria da qualidade ambiental urbana e R\$ 350 milhões para gestão do uso sustentável da biodiversidade e recuperação ambiental, pelo IBAMA. O relator da proposta de emendas foi o Senador Otto Alencar.



Rio na Amazônia.

Foto: reprodução internet.



Capítulo 2

Diálogo e Participação Social

Quando iniciamos a gestão dessa presidência da Comissão, diante do cenário político-social no Brasil e no mundo, já explicitado neste documento, tornou-se ainda mais relevante o papel da CMA de ajudar a ampliar nesta Casa a construção de uma agenda para a necessária transição ecológica do país.

Para viabilizar esta agenda, percebemos que seria imprescindível abrir espaços mais organizados de diálogo com a sociedade civil brasileira, excluída naquele momento do processo decisório relativo às políticas públicas implementadas pelo governo federal, não somente na área ambiental.

Desta maneira, iniciamos a construção de uma agenda propositiva, que culminou com a implementação do Fórum da Geração Ecológica, tendo como pauta uma agenda ambiental inclusiva – do ponto de vista social e econômico –, que deixou um potente arcabouço legislativo de mais de 30 peças legislativas para apreciação, discussão e aperfeiçoamento no Congresso Nacional.

Paralelamente aos trabalhos do fórum, ao longo desses dois anos, abrimos um canal de diálogo com mais de 60 entidades da sociedade civil brasileira, bem como fóruns temáticos já constituídos, no intuito de frear a tramitação daquelas pautas estimuladas pelo governo federal, que visavam à destruição de instrumentos e políticas ambientais anteriormente instituídas e que asseguravam empenho na fiscalização e no controle para a preservação da nossa biodiversidade.

Nessa mesma linha, procuramos dar transparência aos processos de tramitação de projetos na Comissão e acionar os alertas necessários a respeito de temáticas que trazem em si futuros impactos negativos à pauta ambiental e do clima. Da mesma maneira, essa troca permitiu avançar em diversas proposições relevantes.

A seguir, uma breve descrição do processo e dos resultados dessa agenda.

Fórum da Geração Ecológica

O Fórum foi lançado em junho de 2021 e finalizado 12 (doze) meses depois, constituído por 42 representantes da sociedade civil brasileira, com a finalidade de constituir um arcabouço legislativo através do debate de cinco temáticas, em cinco grupos de trabalho:

1. Bioeconomia
2. Cidades Sustentáveis
3. Economia Circular e Indústria
4. Energia
5. Proteção, Restauração e Uso da Terra

Esse conjunto de pessoas foi composto por especialistas, lideranças e jovens de movimentos sociais e ambientais, bem como diversas pessoas que representam a sociedade civil, incluindo comunidade científica, setor cultural, povos indígenas e tradicionais, setor bancário e setor produtivo.

Estabelecido um cronograma de trabalho para os GTs, cada grupo realizou reuniões mensais e remotas. No início, os temas prioritários foram elencados. Em seguida, esses conteúdos foram sendo consolidados, analisados, debatidos e refinados.

Na segunda etapa, os grupos se concentraram no esforço para a execução e a validação das peças legislativas, apoiados pela equipe técnica. Em cada GT, as prioridades foram estabelecidas e debatidas até o consenso final do que seria incluído no arcabouço legislativo, resultado final desse processo.

Cada grupo de trabalho contou com o apoio de um estafe do Senado Federal, formado por facilitadores, consultores legislativos e consultores externos de conteúdo (parceria entre a CMA e a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe - Cepal).

Em 29 de junho de 2022, o relatório do Fórum foi aprovado na 15ª reunião da CMA. <https://legis.senado.leg.br/comissoes/reuniao?0&reuniao=10876&codcol=50>

No dia seguinte, 30 de junho, houve uma apresentação pública do relatório no Salão Negro da Câmara dos Deputados, com a presença de membros do fórum, do presidente do Senado Federal, Senador Rodrigo Pacheco, além de diversos parlamentares e representantes da sociedade civil brasileira.

Como resultado dos debates e trabalhos realizados ao longo de 12 (doze) meses, tivemos 26 projetos de lei, 4 indicações e 2 requerimentos de informação. O relatório e as matérias podem ser acessados pelo link <https://legis.senado.leg.br/comissoes/arquivos?ap=7281&codcol=50>

A relação de integrantes dos 5 GTs consta no Anexo IV deste documento.

Destacamos algumas proposições entregues pelos 5 grupos de trabalho:

- **Política Nacional de Economia Circular (GT Economia Circular e Indústria)**

O Brasil não possui uma política para economia circular. Esse foi o motivo principal para o grupo se decidir pela criação de um marco legal para essa política, estabelecendo definições, diretrizes e responsabilidades entre as partes envolvidas, no sentido de melhorar a competitividade do setor industrial e ao mesmo tempo criando um impulso para a descarbonização da economia.

- **Política Nacional do Hidrogênio Verde (GT Energia)**

A radicalização do posicionamento em prol das energias renováveis teve acordo com unanimidade pelo grupo. Nesse sentido, algumas tecnologias foram amplamente debatidas, incluindo eólica offshore e hidrogênio, tendo o grupo caminhado na busca da criação de um PL específico para hidrogênio verde, no intuito de chegar a grandes aplicações para a sua produção e o seu uso.

- **Inclusão da construção de cinturões verdes na lei de Pagamentos por Ser-**

viços Ambientais (GT Cidades Sustentáveis)

No planejamento Territorial das cidades, Cinturões Verdes são considerados instrumentos eficazes para controlar os limites urbanos e conter sua expansão, visto que ajudam a controlar o aumento populacional das cidades, preservam áreas verdes e agriculturáveis, purificam o ar e fomentam a agricultura familiar, dentre outros benefícios. O PL apresentado promove adaptações em vários instrumentos instituídos: Estatuto da Cidade, Lei do Fundo Nacional sobre Mudança do Clima, Política Nacional sobre Mudança do Clima, Código Florestal e Programa Federal de Pagamento por Serviços Ambientais.

- **Lei da Agrobiodiversidade (GT Proteção, Restauração e Uso da Terra)**

O Projeto de Lei reconhece o papel do segmento da Agricultura Familiar e de Povos e Comunidades Tradicionais na conservação dos biomas, no combate à energia climática e na garantia da segurança alimentar e nutricional do país, possibilitando, por consequência, a redução das desigualdades socioeconômicas no Brasil.

- **Política Nacional para o Desenvolvimento da Economia da Biodiversidade (GT de Bioeconomia)**

O principal objetivo da proposta é a valorização e a promoção da sociobiodiversidade como uma estratégia central para o desenvolvimento socioeconômico e a redução das desigualdades sociais, considerando as atividades econômicas formadas por cadeias produtivas que vinculem a proteção e a produção, a partir da diversidade biológica do território e tendo como premissa a agregação de valor à produ-

ção sociobiodiversa e investimento em pesquisa, desenvolvimento e inovação.

O conjunto de matérias apresentadas não esgota o amplo espectro de temas passíveis de regulação ambiental. Da mesma forma, não são

proposições fechadas, trata-se de construções coletivas, iniciadas a partir das reflexões proporcionadas por esse espaço de diálogo.

Sem sombra de dúvida, podemos afirmar que foi um processo inovador no parlamento brasileiro.



Solenidade de apresentação do relatório final do Fórum da Geração Ecológica.

Foto: Roque de Sá/Agência Senado.

Canal de Diálogo Permanente

Nesses dois anos, foram muitos os desafios da Comissão de Meio Ambiente diante das pressões do Poder Executivo pela deliberação de matérias que poderiam apresentar riscos ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, resguardado em nossa Constituição. Muitas matérias continham reais ameaças à viabilidade econômica de diferentes atividades em nosso país, à garantia de justiça social e ao equilíbrio de nossos ecossistemas. A gestão da pasta ambiental pelo Poder Executivo chegou a colocar em risco, por exemplo, o importante acordo comercial entre União Europeia e Mercosul, dada a imagem do Brasil que se consolidou mundo afora. Neste contexto, foi preciso construir parcerias entre a CMA e entidades da sociedade civil dispostas a conter ou tentar reverter o cenário de retrocessos. A emergência climática agravada, ano após ano, vem nos deixando sem tempo.

Como estratégia de resistência e enfrentamento à essa agenda da destruição, diversos setores da sociedade civil, que se mostravam preocupados com os impactos que essas pautas iriam causar, pressionavam o Congresso Nacional para que matérias legislativas com potencial risco à sociedade não fossem deliberadas ou que, no mínimo, recebessem contribuições de diferentes atores para eliminar qualquer tipo de ameaça. Dentre as matérias legislativas que mais receberam alertas da sociedade civil, estavam projetos de lei sobre **regularização fundiária** (apelido de PL da grilagem), **licenciamento ambiental**, **liberação da mineração em terras indígenas**, e **flexibilização na legislação sobre agrotóxicos**, dentre outros.

Dessa maneira, para além dos espaços já constituídos pelo Congresso - como as audiências públicas, abrimos um canal permanente de diálogo com dezenas de organizações e entidades, na ten-

tativa de frear a alegada agilidade para a votação dessas temáticas e garantir mais tempo para um debate que levasse ao equilíbrio e ao consenso.

Durante este período, foram recebidas mais de 70 entidades, referentes a diversas temáticas, como: clima, população indígena, comunidades tradicionais, questões agrárias, oceanos, agroecologia, queimadas, poluição, desmatamento, ocupação irregular de terras, biomas, desastres naturais e a sustentabilidade ligada ao setor empresarial.

No decorrer desse diálogo, contamos muitas vezes com a participação da Frente Ambientalista do Senado, coordenada pela Senadora Eliziane Gama.

Ainda que em um cenário de repetidos ataques à agenda ambiental, mantivemos um importante canal de construção de uma agenda propositiva, como forma de, também, apontar as oportunidades que materializam o discurso da sustentabilidade. Durante meses, discutimos a criação de uma **Política da Economia Circular do Plástico**. Um PL para este tema chegou a ser apresentado, porém, dada a necessidade de aprofundar o debate junto aos diversos e distintos setores envolvidos, foi retirado. O debate continua e esperamos que se consiga avançar para chegar a um texto de consenso ao longo da próxima gestão da Comissão.

Também, houve avanços importantes no texto do PL 3668/2021, que trata do **marco legal para os bioinsumos** no país. Este projeto é de extrema relevância, considerando que será uma alternativa real ao uso indiscriminado dos agrotóxicos. A

apresentação deste PL se deu, inclusive, a partir de demandas de diferentes setores ligados à produção agrícola brasileira. Dada a complexidade do tema, além das duas audiências públicas já mencionadas, tivemos diversos encontros com entidades da produção agropecuária, academia, movimentos sociais do campo, indústria e até entidades internacionais. O desafio de aprovar este PL continuará nas mãos dos membros da CMA na próxima legislatura. Esperamos conseguir aprová-lo e, assim, promover um ecossistema de inovação e transição para uma agricultura de baixo carbono, no Brasil.

Em julho de 2022, realizamos um encontro com a maioria dessas organizações para avaliar as atividades da Comissão no primeiro semestre do ano e recolher contribuições para o segundo semestre.

Dois meses depois, promovemos um ciclo de reuniões com várias dessas organizações, desta vez com o objetivo de subsidiar a apresentação da CMA na 27ª sessão da Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (COP27), realizada em novembro de 2022, na cidade de Sharm El-Sheikh, Egito, com base nos temas considerados relevantes para uma agenda socioeconômica e ambiental brasileira frente à crise climática.

Todas as entidades apontaram, com unanimidade, a importância de que a CMA e as outras comissões mantenham esses espaços de participação para o debate e a construção coletiva da pauta legislativa.



Reunião com entidades da sociedade civil, julho de 2022.

Foto: Simone Mazer/SACMA.



Capítulo 3

Agenda Internacional

1. Conferência das Partes sobre Mudanças Climáticas das Nações Unidas

1.1. COP 26 – Glasgow, Escócia - 31 de outubro a 12 de novembro de 2021

Dentre as várias atividades realizadas por membros da Comissão de Meio Ambiente do Senado, na Escócia, podemos destacar:

O Evento de lançamento do Observatório Parlamentar de Mudanças Climáticas e Transição Justa, liderado pelo presidente da Comissão, Senador Jaques Wagner, em parceria com a Cepal e mais 12 países da América Latina e Caribe. Na solenidade, ocorrida no pavilhão do Euroclima+, os membros do Observatório assinaram uma declaração conjunta, indicando a oficialização dos trabalhos.

Os Senadores Fabiano Contarato e Eliziane Gama apresentaram o Relatório de Avaliação das Políticas Climática e de Prevenção e Controle do Desmatamento, elaborado pela Comissão de Meio Ambiente (CMA), apontando os retrocessos ambientais do Governo Federal em exercício.

<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/11/10/cop26-relatorio-apresentado-pelos-senadores-aponta-aumento-do-desmatamento>

O Evento do presidente da Comissão de Meio Ambiente no pavilhão do Brazil Climate Hub, or-

ganizado pela sociedade civil brasileira, referente ao Fórum da Geração Ecológica, iniciativa já apresentada nesse balanço.

Ademais, o Presidente da Comissão, Senador Jaques Wagner, fez reuniões bilaterais com delegações da França, Estados Unidos, China e Reino Unido.

Reunião com a Coalizão Negra Por Direitos, da qual participou deputado federal Nilto Tatto, membro da Comissão de Meio Ambiente da Câmara Federal. O diálogo teve como objetivo discutir as ambições brasileiras, o combate às desigualdades raciais e de gênero na agenda climática e o enfrentamento ao racismo ambiental, titulação dos territórios quilombolas e terras indígenas.

1.2 COP 27 – Sharm El Sheik – 6 a 18 de novembro de 2022

O presidente da CMA, Senador Jaques Wagner, representou a comissão no Egito, primeiramente com a participação em um evento no pavilhão do Euroclima+ sobre o Observatório Parlamentar de Mudanças Climáticas e Transição Justa. Na edição deste ano, o evento



Coalizão Negra por Direitos.

Foto: Marina Marçal.

solidificou a iniciativa lançada no ano anterior, apresentando os primeiros resultados dos relatórios comparativos de legislação entre países, especificamente com relação às leis de clima na América Latina.

Ademais, o presidente da Comissão realizou encontros bilaterais para defender os interes-

ses do Brasil com as delegações da China e da Alemanha. Igualmente, conversas com o setor privado, com representantes das indústrias de celulose e químicos, bem como chefes de delegações de organizações não governamentais de relevância.

2. Observatório Parlamentar de Mudanças Climáticas e Transição Justa (OPCC)

O anúncio da criação do OPCC foi feito pelo presidente da Comissão, Senador Jaques Wagner, durante o webinar internacional “Estratégias para uma transição ecológica justa e inclusiva no Brasil”, realizado em 30 de junho de 2021, que contou com a participação de diversos parlamentares estrangeiros, incluindo a Senadora Gladys Gonzales, da Argentina. <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/06/30/senadores-criticam-desmonte-do-governo-na-area-ambiental-brasileira>

A proposta teve o objetivo de aproximar parlamentares de várias regiões do mundo para discutir legislações sobre o clima, biodiversidade e meio ambiente, comparando seus conteúdos, para que mais legisladores pudessem aprender

sobre as diferenças entre os países, bem como sublinhar melhores práticas.

Desde então, o OPCC se reuniu de maneira virtual mais de cinco vezes, incluindo eventos para discutir as implicações do IPCC na região da América Latina e do Caribe. Ademais, foram realizados dois eventos para relatar os marcos do OPCC, nas edições 26 e 27 da COP de Mudanças Climáticas da ONU, explicitados no item 1 deste capítulo.

Atualmente, o OPCC é integrado por 12 países da região, incluindo o Caribe, já produziu um relatório comparativo, está em vias de lançar seu site e realizará, em abril de 2023, sua primeira reunião presencial, em Santiago no Chile.



Cop 27 - Da esquerda para a direita: Melvin Turnbull (Ilhas Virgens Britânicas), Ximena Garcia (Argentina), Jaques Wagner (Brasil), Gladys González (Argentina) e Juan Carlos Lozada (Colômbia). Foto: Euroclima+

3. IPCC - Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas

Em 9 de agosto de 2021, foi publicado o 6º Relatório de Avaliação do Clima das Nações Unidas do Painel Intergovernamental de Mudanças do Clima, conhecido como IPCC, versão AR6.¹

A publicação teve seus três volumes tradicionais publicados, referidos como grupos de trabalho I, II e III, cujos conteúdos foram extensamente discutidos nesta Comissão. Em especial, esta edição trouxe alertas ainda mais severos sobre o avanço da crise climática e a clareza científica para anunciar, aos tomadores de decisão, que estamos no caminho errado e já com baixas probabilidades de alcançarmos a meta de 1,5°C de aquecimento global.

Alarmados pela gravidade evidenciada pelo Relatório, realizamos uma Sessão Temática, um mês depois, em 10 de setembro, para dar clareza dos resultados do relatório ao Senado Federal e à sociedade brasileira. O evento contou com presenças importantes, como da ativista e cantora Margareth Menezes, da jovem liderança global Greta Thunberg e do renomado cientista britânico Sir David King. Somado a isso, os levantamentos do IPCC foram base inerente das principais negociações e tomadas de decisão na Comissão. Painelistas nacionais e internacionais são unânicos em apontar a necessidade



Ativista ambiental sueca Greta Thunberg, em pronunciamento via videoconferência. Foto: Pedro França/Agência Senado.



Ativista ambiental indígena Samela Sateré Mawé, em pronunciamento via videoconferência. Foto: Pedro França/Agência Senado.

de de mudanças profundas e transformadoras para conter o aquecimento global e suas atuais e futuras consequências.²

4. Outros Destaques

4.1 CMA recebe comitiva europeia

Em 29 de abril de 2022, o presidente da Comissão, Senador Jaques Wagner, e o vice-presidente, Senador Confúcio Moura, receberam o

Comissário Europeu para o Ambiente, Oceanos e Pescas, Sr. Virginijus Sinkevicius e o embaixador da União Europeia no Brasil, Sr. Ignacio Ybáñez. A reunião abordou o papel institucional do Senado e do Parlamento Europeu na proteção do meio ambiente.

¹ <https://www.ipcc.ch/report/ar6/wg1/>

² <https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2021/09/painelistas-cobram-mudancas-transformadoras-para-conter-aquecimento-global>

4.2 2º Colóquio Brasil-Alemanha sobre Política e Direito ambiental

Em 21 de março de 2022, em uma promoção conjunta do Senado Federal com o Fórum Euro-Brasileiro sobre Democracia e o Observatório do Meio Ambiente e das Mudanças Climáticas do Poder Judiciário, vinculado ao Conselho Nacional de Justiça, ocorreu o 2º Colóquio Brasil-Alemanha sobre o Direito Ambiental. Com a participação do Ministro do Superior Tribunal de Justiça, Herman Benjamin, e do embaixador alemão no Brasil, Sr. Heiko Thomso, o evento debateu a função ecológica da propriedade e a

relação entre a legislação sobre desmatamento e as cadeias produtivas³.

4.3 Relação com as Embaixadas

Ao longo de todo o período em que esteve como presidente da Comissão, o Senador Jaques Wagner manteve estreita relação com embaixadas, cujo interesse no Brasil fosse relevante. Nesse critério, foram realizadas reuniões e visitas a representantes dos Estados Unidos, da China, da União Europeia, de Singapura, do Reino Unido, da Alemanha, entre outros.



Colóquio Brasil Alemanha

Foto: Pedro França/Agência Senado

3 <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2022/03/21/audiencia-na-cma-destaca-protecao-do-clima-como-compromisso-da-humanidade>

Ficha Técnica

- Secretário: Airton Luciano Aragão Júnior
- Secretária Adjunta: Mariana Miranda Tavares
- Assessoria Técnica: Simone Mazer, Cleverson Zavaski
- Apoio Técnico-administrativo: Leife Gonçalves Montalvão
- Estagiária: Yeda Carla Taquari Silveira
- Telefone: 61 33033284
- E-mail: cma@senado.leg.br
- Secretaria: Ala Alexandre Costa, Sala 15 (Subsolo)
- <https://legis.senado.leg.br/comissoes/comissao?codcol=50>

Esta publicação foi redigida e organizada por Simone Mazer, Flor dos Santos e Yeda Carla T. Silveira

Anexos

ANEXO I - COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE

Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP)

TITULAR

Confúcio Moura (MDB)
Veneziano Vital do Rêgo (MDB)
Rose de Freitas (MDB)
Luis Carlos Heinze (PP)
Guaracy Silveira (PP)

SUPLENTE

1. VAGO
2. Carlos Viana (PL)
3. Eduardo Gomes (PL)
4. VAGO
5. Esperidião Amin (PP)

Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil (PODEMOS, PSDB)

Plínio Valério (PSDB)
Rodrigo Cunha (UNIÃO)
Lasier Martins (PODEMOS)
Álvaro Dias (PODEMOS)

1. Izalci Lucas (PSDB)
2. Roberto Rocha (PTB)
3. Styvenson Valentim (PODEMOS)
4. Giordano (MDB)

Bloco Parlamentar PSD/Republicanos (PSD, REPUBLICANOS)

Carlos Fávaro (PSD)
Otto Alencar (PSD)

1. Vanderlan Cardoso (PSD)
2. Nelsinho Trad (PSD)

Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, PTB)

Jayme Campos (UNIÃO)
Wellington Fagundes (PL)

1. Maria do Carmo Alves (PP)
2. Zequinha Marinho (PL)

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS, PSB, REDE)

Jaques Wagner (PT)
Telmário Mota (PROS)

1. Jean Paul Prates (PT)
2. Paulo Rocha (PT)

PDT (PDT)

Randolfe Rodrigues (REDE)
Fabiano Contarato (PT)

1. Eliziane Gama (CIDADANIA)
2. Leila Barros (PDT)

Composição da CMA, em dezembro/2022.

ANEXO II – MATÉRIAS DELIBERADAS – COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE 2021/2022

Matéria	1ª Autoria Ementa		Relatório	T/NT	Parecer relatório	Data da deliberação
PLS 248/2014	Kátia Abreu	Estabelece regras para preservar a calha principal e o curso natural do rio Araguaia.	Jayme Campos	Terminativo	Aprovação	30/03/2022
PLS 13/2015	Humberto Costa	Altera a Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, (Política Nacional de Recursos Hídricos) e a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007 (Lei de Saneamento Básico) para promover o uso de fontes alternativas de abastecimento de água.	Jaques Wagner	Terminativo	Aprovação	06/04/2022
PLS 214/2015	Álvaro Dias	Modifica o Código 20 do Anexo VIII da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, acrescido pela Lei nº 10.165, de 27 de dezembro de 2000, para excluir a silvicultura do rol de atividades potencialmente poluidoras e utilizadoras de recursos ambientais.	Roberto Rocha	Não terminativo	Aprovação de emenda PLEN	11/05/2022
PLS 232/2015	Fernando Beserra Coelho	Altera a Lei nº 7.661, de 16 de maio de 1988, para incluir como diretriz do Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro o controle da erosão marítima e fluvial.	Otto Alencar	Terminativo	Aprovação	11/08/2021
PLS 396/2015	Davi Alcolumbre	Altera o art. 32 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, para aumentar a pena do crime de maus-tratos contra animais.	Fabiano Contarato	Não terminativo	Aprovação	15/12/2021
PLS 201/2016	Wellington Fagundes	Autoriza o controle populacional de espécies exóticas invasoras nocivas, estabelece condições para o consumo, a distribuição e a comercialização de produtos e subprodutos resultantes do abate desses animais e dá outras providências.	Plínio Valério	Terminativo	Aprovação	15/09/2021
PLS 222/2016	Garibaldi Alves Filho	Institui a Política de Desenvolvimento Sustentável da Caatinga, com vistas à preservação do meio ambiente, à erradicação da pobreza e à redução das desigualdades sociais no território desse bioma.	Jean Paul Prates	Terminativo	Aprovação	07/12/2022

PLS 159/2017	Telmário Mota	Altera a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação e dá outras providências, para estabelecer direitos e salvaguardas à natureza entre os princípios e objetivos da Política Nacional do Meio Ambiente.	Lasier Martins	Terminativo	Aprovação	06/10/2021
PLC 182/2017	Padre João	Institui a Política Nacional de Agricultura Urbana e dá outras providências.	Wellington Fagundes	Não terminativo	Aprovação	04/08/2021
PLS 353/2017	Eduardo Braga	Estabelece normas gerais sobre agricultura urbana sustentável.	Wellington Fagundes	Não terminativo	Aprovação	04/08/2021
PLS 93/2018	Rose de Freitas	Altera a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, para determinar que os fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes de produtos industrializados sejam obrigados a estabelecer sistemas de logística reversa e reciclagem no prazo de cinco anos.	Luis Carlos Heinze	Não terminativo	Aprovação	15/12/2021
PLC 128/2018	Penna	Dispõe sobre a eliminação controlada de materiais, de fluidos, de transformadores, de capacitores e de demais equipamentos elétricos contaminados por Bifenilas Policloradas (PCBs) e por seus resíduos.	Jean Paul Prates	Não terminativo	Aprovação	27/10/202
PLC 134/2018	Ricardo Izar	Altera o art. 32 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, para agravar a pena pela prática de ato de abuso, consistente em maus-tratos ou mutilação de animais silvestres, domésticos ou domesticados, nativos ou exóticos, e instituir como causa de aumento de pena do crime de maus-tratos aos animais a prática de atos de zoofilia.	Fabiano Contarato	Não terminativo	Aprovação	15/12/2021
PLS 161/2018	Rose de Freitas	Altera a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico; altera as Leis nos 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.036, de 11 de maio de 1990, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; revoga a Lei nº 6.528, de 11 de maio de 1978; e dá outras providências, para instituir o bônus-desconto aos usuários pela redução do consumo de água	Luis Carlos Heinze	Não terminativo	Aprovação	11/08/2021
PLS 247/2018	Eduardo Amorim	Transforma a Reserva Biológica de Santa Isabel, criada pelo Decreto nº 96.999, de 20 de outubro de 1988, em Parque Nacional de Santa Isabel.	Confúcio Moura	Terminativo	Rejeição	30/03/2022

PLS 302/2018	Hélio José	Altera a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, e a Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004, para incentivar empresas que produzem biogás, metano e energia elétrica a partir de resíduos sólidos em aterros sanitários.	Jean Paul Prates	Terminativo	Aprovação	07/12/2022
PLS 331/2018	Gladson Cameli	Altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências, para estabelecer, como medida a ser preferencialmente adotada, a conversão de multa simples em serviços de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente nos casos que especifica.	Jayme Campos	Não terminativo	Aprovação	30/03/2022
PL 149/2019	Heitor Schuch	Institui a Política Nacional de Incentivo à Agricultura e Pecuária de Precisão para ampliação da eficiência na aplicação de recursos e insumos de produção, de forma a diminuir o desperdício, reduzir os custos de produção, aumentar a produtividade e a lucratividade, bem como garantir a sustentabilidade ambiental, social e econômica.	Kátia Abreu	Não terminativo	Aprovação	22/06/2022
PL 643/2019	Veneziano Vital do Rêgo	Dispõe sobre o atendimento a condições de preservação ambiental e de saúde e segurança dos trabalhadores, para a realização das atividades de lavra mineral no país.	Randolfe Rodrigues	Terminativo	Aprovação	11/08/2021
PL 754/2019	Chico Rodrigues	Altera dispositivos da Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011, para ampliar a relação de beneficiários do Programa de Apoio à Conservação Ambiental.	Telmário Mota	Terminativo	Aprovação	04/08/2021
PL 875/2019	Telmário Mota	Altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, para tratar da conversão de multas.	Jayme Campos	Não terminativo	Aprovação	30/03/2022
PL 1405/2019	Veneziano Vital do Rêgo	Dispõe sobre penalidade a quem lança nas águas lixo plástico de embarcações.	Otto Alencar	Terminativo	Aprovação	01/09/2021
PL 1417/2019	Rose de Freitas	Altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências, para majorar as penas cominadas aos crimes relacionados a poluição e a condutas com produtos perigosos.	Confúcio Moura	Não terminativo	Prejudicialidade	30/03/2022

PL 1600/2019	Jorge Kajuru	Altera a redação do § 2º do art. 5º da Lei nº 7.797, de 10 de julho de 1989, que cria o Fundo Nacional de Meio Ambiente e dá outras providências, para incluir como prioritárias as aplicações de recursos financeiros no Cerrado.	Jaques Wagner	Terminativo	Aprovação	04/08/2021
PL 1641/2019	Veneziano Vital do Rêgo	Altera a Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, para incluir entre os fundamentos da Política Nacional de Recursos Hídricos a determinação sobre o emprego da água de menor qualidade em usos menos exigentes.	Jaques Wagner	Terminativo	Aprovação	06/04/2022
PL 2276/2019	Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa	Torna obrigatória a produção impressa de propaganda eleitoral a partir de material biodegradável.	Rose de Freitas	Não terminativo	Aprovação	30/03/2022
PL 2788/2019	Zé Silva	Institui a Política Nacional de Direitos das Populações Atingidas por Barragens (PNAB); discrimina os direitos das Populações Atingidas por Barragens (PAB); prevê o Programa de Direitos das Populações Atingidas por Barragens (PDPAB); estabelece regras de responsabilidade social do empreendedor; revoga dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943; e dá outras providências.	Leila Barros	Não terminativo	Aprovação	06/04/2022
PL 4718/2019	Major Olímpio	Dispõe sobre incentivos fiscais, com dedução do imposto de renda devido, de valores doados a entidades sem fins lucrativos, para aplicação em projetos que promovam a preservação do meio ambiente e o uso sustentável dos recursos naturais.	Plínio Valério	Não terminativo	Rejeição	23/03/2022
PL 5173/2019	Álvaro Dias	Institui o Programa de Operação e Registro de Instrumentos Representativos dos Ativos de Natureza Intangível, denominado Tesouro Verde, e dá outras providências.	Confúcio Moura	Não terminativo	Aprovação	01/09/2021
PL 5174/2019	Confúcio Moura	Altera a Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, para exigir a realização prévia de estudos técnicos e consulta pública para a desafetação, redução dos limites e recategorização de unidade de conservação.	Jaques Wagner	Terminativo	Aprovação	18/08/2021
PL 5690/2019	Confúcio Moura	Institui o Selo "Empresa Parceira do Meio Ambiente" e confere vantagens nas contratações públicas às empresas que o detêm.	Jayme Campos	Não terminativo	Aprovação	15/12/2021

PL 6044/2019	Veneziano Vital do Rêgo	Altera a Lei nº 12.305, de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, para dispor sobre a capacitação de consumidores em relação ao acondicionamento de resíduos sólidos, no sistema de coleta seletiva.	Confúcio Moura	Terminativo	Aprovação	15/09/2021
PL 6545/2019	Carlos Gomes	Estabelece incentivos à indústria da reciclagem; e cria o Fundo de Apoio para Ações Voltadas à Reciclagem (Favorecicle) e Fundos de Investimentos para Projetos de Reciclagem (ProRecicle).	Luis Carlos Heinze	Não terminativo	Aprovação	20/10/2021
PL 90/2020	Eduardo Girão	Proíbe a produção e a comercialização de qualquer produto alimentício obtido por meio de método de alimentação forçada de animais.	Leila Barros	Terminativo	Aprovação	11/05/2022
PL 175/2020	Laercio Oliveira	Altera a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, para estabelecer medidas de prevenção a desperdícios, de aproveitamento das águas pluviais e de reúso das águas servidas.	Otto Alencar	Não terminativo	Aprovação	08/12/2021
PL 415/2020	Jorge Kajuru	Institui o Fundo Amazônia, uma associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado, que tem por objetivo destinar o valor das doações recebidas em espécie para a realização de aplicações não reembolsáveis em ações de prevenção, monitoramento e combate ao desmatamento e de promoção da conservação e do uso sustentável da Amazônia Legal.	Jayme Campos	Terminativo	Aprovação	24/11/2021
PL 4206/2020	Fred Costa	Altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, para proibir a realização de tatuagens e a colocação de piercings em cães e gatos, com fins estéticos.	Izalci Lucas	Não terminativo	Aprovação	22/06/2022
PLP 146/2021	Jader Barbalho	Altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, para prever a destinação de recursos para ações de prevenção e combate aos danos causados por desastres naturais e não naturais.	Veneziano Vital do Rêgo	Não terminativo	Aprovação	07/12/2022
PL 3386/2021	Plínio Valério	Institui o Programa de Incentivo ao Desenvolvimento da Energia Eólica e da Solar Fotovoltaica (PIDES).	Rodrigo Cunha	Terminativo	Aprovação	24/11/2021

PL 3603/2021	Veneziano Vital do Rêgo	Estabelece a obrigatoriedade de adoção de medidas de economia e otimização de consumo de energética elétrica e de uso da água pela administração pública federal.	Jaques Wagner	Não terminativo	Aprovação	23/03/2022
OFS 10/2022	Câmara Municipal da Estância Turística de Itu-SP	Encaminha cópia da Moção nº 1463/2021, de protesto e repúdio em relação à transferência de lixo radioativo para o município de Itu/SP, a ser realizada pela empresa "INDÚSTRIAS NUCLEARES DO BRASIL (INB)".	Jaques Wagner	Outro	Providências ao Poder Executivo	04/05/2022

ANEXO III - AUDIÊNCIAS PÚBLICAS REALIZADAS - COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE 2021/2022

Finalidade	Objeto	Detalhamento	Data	Link
Instruir matéria	PL 2633/2020 e PL 510/2021: Regularização Fundiária	Debater o PL 510/2021, que "dispõe sobre a regularização fundiária, por alienação ou concessão de direito real de uso, das ocupações de áreas de domínio da União; estabelece como marco temporal de ocupação a data de 25 de maio de 2012, quando foi editado o Código Florestal; amplia a área passível de regularização para até 2.500 hectares; dispensa vistoria prévia da área a ser regularizada, podendo ser substituída por declaração do próprio ocupante; e dá outras providências".	10/05/2021	>>
Junho Verde	Alimentação saudável e os modelos possíveis para uma agricultura sustentável.	Debater a importância da alimentação saudável e os modelos possíveis para uma agricultura sustentável.	07/06/2021	>>
Instruir matéria	MPV 1031/2021: desestatização da Eletrobras	Debater a MPV 1031/2021, que "dispõe sobre a desestatização da empresa Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras e altera a Lei nº 5.899, de 5 de julho de 1973, a Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000, e a Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002".	15/06/2021	>>
Junho Verde	Poluição por plástico descartável e seus impactos.	Debater a poluição por plástico descartável e seus impactos.	21/06/2021	>>
Junho Verde	Transição Justa: estratégias para uma recuperação sustentável	Transição Justa: estratégias para uma recuperação sustentável.	30/06/2021	>>
Política pública	Política Climática executada pelo Governo Federal	Avaliar a Política Climática executada pelo Governo Federal, com ênfase nas políticas de prevenção e controle de desmatamentos e queimadas nos biomas Amazônia, Cerrado e Pantanal, com o objetivo de identificar falhas, omissões e propor recomendações.	20/08/2021	>>
Instruir matéria	PL 490/2007: Estatuto do Índio	Debater o PL 490/2007, que "altera a Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973, que dispõe sobre o Estatuto do Índio".	25/08/2021	>>
Comparecimento de Ministro de Estado	Apresentação à CMA seus planos à frente da pasta.	Comparecimento do Senhor Joaquim Álvaro Pereira Leite, Ministro de Estado de Meio Ambiente, a fim de apresentar à Comissão seus planos à frente da pasta.	31/08/2021	>>

Instruir matéria	PL 2159/2021: Licenciamento Ambiental	Instruir o PL 2159/2021, de origem da Câmara dos Deputados, que “dispõe sobre o licenciamento ambiental; regulamenta o inciso IV do § 1º do art. 225 da Constituição Federal; altera as Leis nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e nº 9.985, de 18 de julho de 2000; revoga dispositivo da Lei nº 7.661, de 16 de maio de 1988”.	02/09/2021	>>
Instruir matéria	PL 2633/2020 e PL 510/2021: Regularização Fundiária	Debater a regularização fundiária e instruir os seguintes Projetos de tramitação conjunta: - PL 2633/2020, de origem da Câmara dos Deputados, que “Altera as Leis nos 11.952, de 25 de junho de 2009, 14.133, de 1º de abril de 2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos), e 6.015, de 31 de dezembro de 1973, a fim de ampliar o alcance da regularização fundiária; e dá outras providências”; e - PL 510/2021, do Senador Irajá, que “Altera a Lei nº 11.952, de 25 de junho de 2009, que dispõe sobre a regularização fundiária das ocupações incidentes em terras situadas em áreas da União; a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que institui normas para licitações e contratos da administração pública; a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre os registros públicos; a Lei nº 13.240, de 30 de dezembro de 2015, que dispõe sobre a administração, a alienação, a transferência de gestão de imóveis da União e seu uso para a constituição de fundos; e a Lei nº 10.304, de 5 de novembro de 2001, que Transfere ao domínio dos Estados de Roraima e do Amapá terras pertencentes à União, a fim de ampliar o alcance da regularização fundiária e dar outras providências”.	14/09/2021	>>
Instruir matéria	PL 2159/2021: Licenciamento Ambiental	Debater o licenciamento ambiental e instruir o PL 2159/2021, de origem da Câmara dos Deputados, que “dispõe sobre o licenciamento ambiental; regulamenta o inciso IV do § 1º do art. 225 da Constituição Federal; altera as Leis nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e nº 9.985, de 18 de julho de 2000; revoga dispositivo da Lei nº 7.661, de 16 de maio de 1988”.	16/09/2021	>>
Tema de interesse	Uso de agrotóxicos no Brasil	Debater o “Uso de agrotóxicos no Brasil: impactos ambientais e na saúde e os mitos e verdades sobre estes produtos”.	16/09/2021	>>
Política pública	Política Climática executada pelo Governo Federal	Avaliar a política climática executada pelo Governo Federal, com ênfase nas políticas de prevenção e controle de desmatamentos e queimadas nos biomas Amazônia, Cerrado e Pantanal, com o objetivo de identificar falhas, omissões e propor recomendações.	01/10/2021	>>

Instruir matéria	PL 2633/2020 e PL 510/2021: Regularização Fundiária	Debater a regularização fundiária e instruir os seguintes Projetos de tramitação conjunta: - PL 2633/2020, de origem da Câmara dos Deputados, que "altera as Leis nos 11.952, de 25 de junho de 2009, 14.133, de 1ª de abril de 2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos), e 6.015, de 31 de dezembro de 1973, a fim de ampliar o alcance da regularização fundiária; e dá outras providências"; e - PL 510/2021, do Senador Irajá, que "altera a Lei nº 11.952, de 25 de junho de 2009, que dispõe sobre a regularização fundiária das ocupações incidentes em terras situadas em áreas da União; a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que institui normas para licitações e contratos da administração pública; a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre os registros públicos; a Lei nº 13.240, de 30 de dezembro de 2015, que dispõe sobre a administração, a alienação, a transferência de gestão de imóveis da União e seu uso para a constituição de fundos; e a Lei nº 10.304, de 5 de novembro de 2001, que Transfere ao domínio dos Estados de Roraima e do Amapá terras pertencentes à União, a fim de ampliar o alcance da regularização fundiária e dar outras providências".	05/10/2021	>>
Instruir matéria	PL 2788/2019: PNAB	Instruir o Projeto de Lei nº 2788, de 2019, que "institui a Política Nacional de Direitos das Populações Atingidas por Barragens (PNAB); discrimina os direitos das Populações Atingidas por Barragens (PAB); prevê o Programa de Direitos das Populações Atingidas por Barragens (PDPAB); estabelece regras de responsabilidade social do empreendedor; revoga dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1ª de maio de 1943; e dá outras providências"	08/10/2021	>>
Política pública	Política Climática executada pelo Governo Federal	Avaliar a política climática executada pelo Governo Federal, com ênfase nas políticas de prevenção e controle de desmatamentos e queimadas nos biomas Amazônia, Cerrado e Pantanal, com o objetivo de identificar falhas e omissões e propor recomendações.	15/10/2021	>>
Tema de interesse	Estratégia internacional destinada ao combate às mudanças climáticas	Debater sobre o estabelecimento de uma estratégia internacional destinada ao combate às mudanças climáticas, baseada na regulamentação dos artigos 6 e 9 do Acordo de Paris, a qual deverá ser apresentada pelo Governo Federal na COP 26, a ser realizada em Glasgow, Escócia, a partir de 31 de outubro de 2021.	21/10/2021	>>
Tema de interesse	Pesca de arrasto no litoral do RS	Audiência pública com o objetivo de debater a pesca de arrasto no litoral do Rio Grande do Sul.	22/10/2021	>>
Instruir matéria	PL 2788/2019: PNAB	Segunda audiência pública de instrução do Projeto de Lei nº 2788, de 2019, que "institui a Política Nacional de Direitos das Populações Atingidas por Barragens (PNAB); discrimina os direitos das Populações Atingidas por Barragens (PAB); prevê o Programa de Direitos das Populações Atingidas por Barragens (PDPAB); estabelece regras de responsabilidade social do empreendedor; revoga dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1ª de maio de 1943; e dá outras providências".	10/11/2021	>>

Instruir matéria	PL 2159/2021: Licenciamento Ambiental	Terceira audiência pública conjunta para debater o licenciamento ambiental e instruir o PL 2159/2021, de origem da Câmara dos Deputados, que “dispõe sobre o licenciamento ambiental; regulamenta o inciso IV do § 1º do art. 225 da Constituição Federal; altera as Leis nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e nº 9.985, de 18 de julho de 2000; revoga dispositivo da Lei nº 7.661, de 16 de maio de 1988”.	19/11/2021	>>
Instruir matéria	PL 2633/2020 e PL 510/2021: Regularização Fundiária	Debater a regularização fundiária e instruir os seguintes Projetos de tramitação conjunta: - PL 2633/2020, de origem da Câmara dos Deputados, que “altera as Leis nos 11.952, de 25 de junho de 2009, 14.133, de 1º de abril de 2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos), e 6.015, de 31 de dezembro de 1973, a fim de ampliar o alcance da regularização fundiária; e dá outras providências”; e - PL 510/2021, do Senador Irajá, que “altera a Lei nº 11.952, de 25 de junho de 2009, que dispõe sobre a regularização fundiária das ocupações incidentes em terras situadas em áreas da União; a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que institui normas para licitações e contratos da administração pública; a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre os registros públicos; a Lei nº 13.240, de 30 de dezembro de 2015, que dispõe sobre a administração, a alienação, a transferência de gestão de imóveis da União e seu uso para a constituição de fundos; e a Lei nº 10.304, de 5 de novembro de 2001, que Transfere ao domínio dos Estados de Roraima e do Amapá terras pertencentes à União, a fim de ampliar o alcance da regularização fundiária e dar outras providências”.	23/11/2021	>>
Política pública	Desmatamento e das queimadas em diferentes biomas	Debater as medidas preventivas que precisam ser tomadas para evitar o aumento do desmatamento e das queimadas na Amazônia, no Pantanal, no Cerrado e na Mata Atlântica.	09/03/2022	>>
Tema de interesse	Dia Internacional de Luta Contra as Barragens, pelos Rios, pela Água e pela Vida	Debater sobre a situação dos atingidos por tragédias de barragens no Brasil, tendo em vista o dia 14 de março, data de fundação do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB).	16/03/2022	>>
Tema de interesse	Colóquio Brasil Alemanha	Função ecológica da propriedade: o regime jurídico do desmatamento e de cadeia de suprimento.	21/03/2022	>>
Tema de interesse	Dia Mundial da Água	Debater questões relacionadas à Segurança Hídrica e Mudanças Climáticas em alusão ao Dia Mundial da Água, celebrado em 22 de março.	23/03/2022	>>
Tema de interesse	Dia Nacional da Caatinga	Debater o potencial socioeconômico do bioma Caatinga, na busca de trazer um novo olhar, da escassez à abundância do bioma, em alusão ao Dia Nacional da Caatinga, celebrado em 28 de abril.	27/04/2022	>>
Instruir matéria	PL 135/2020: Código Florestal - restauração de áreas queimadas ilegalmente	Instruir o PL 135/2020, que “altera a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012 (Código Florestal), para estabelecer que áreas rurais com floresta nativa submetidas a queimadas ilegais serão destinadas a reflorestamento”.	11/05/2022	>>

Junho Verde	Gestão, monitoramento e aperfeiçoamento do CAR	Debater a gestão, monitoramento e aperfeiçoamento do Cadastro Ambiental Rural (CAR) desde sua instituição na Lei nº 12.651, de 2012, à sua regulamentação, dada pelo Decreto nº 7.830, de 17 de outubro de 2012.	25/05/2022	>>
Junho Verde	Política Nacional de Educação Ambiental	Debater a Política Nacional de Educação Ambiental como política pública do Estado Brasileiro, na semana em que se comemora o "Dia Mundial do Meio Ambiente".	01/06/2022	>>
Junho Verde	PL sobre a Economia Circular do Plástico	Subsidiar a construção de um projeto de lei sobre a Economia Circular do Plástico, para reduzir os impactos ambientais desse resíduo no Brasil.	08/06/2022	>>
Junho Verde	Economia da sociobiodiversidade	Debater desafios e potenciais da economia da sociobiodiversidade.	22/06/2022	>>
Junho Verde	Racismo Ambiental	Debater sobre: "Os impactos das mudanças climáticas em territórios urbanos e rurais negros no Brasil".	27/06/2022	>>
Instruir matéria	PL 3668/2021: Bioinsumos	Instruir e debater com os setores interessados o Projeto de Lei nº 3.668, de 2021, que "Dispõe sobre a produção, o registro, comercialização, uso, destino final dos resíduos e embalagens, o registro, inspeção e fiscalização, a pesquisa e experimentação, e os incentivos à produção de bioinsumos para agricultura e dá outras providências".	05/07/2022	>>
Instruir matéria	PL 3668/2021: Bioinsumos	Instruir e debater com os setores interessados o Projeto de Lei nº 3.668, de 2021, que "Dispõe sobre a produção, o registro, comercialização, uso, destino final dos resíduos e embalagens, o registro, inspeção e fiscalização, a pesquisa e experimentação, e os incentivos à produção de bioinsumos para agricultura e dá outras providências".	06/07/2022	>>
Política pública	Regularização Fundiária - Amazônia Legal	Avaliar os impactos ambientais gerados pela ocupação ilegal de áreas públicas pela Política de Regularização Fundiária do Governo Federal, com foco especial na Amazônia Legal.	13/09/2022	>>
Política pública	Regularização Fundiária - Amazônia Legal	Avaliar os impactos ambientais gerados pela ocupação ilegal de áreas públicas pela Política de Regularização Fundiária do Governo Federal, com foco especial na Amazônia Legal.	21/09/2022	>>
Instruir matéria	PLS 222/2016: Política de Desenvolvimento Sustentável da Caatinga	Instruir o Projeto de Lei do Senado nº 222 de 2016, que institui a Política de Desenvolvimento Sustentável da Caatinga.	25/11/2022	>>

ANEXO IV

Participantes do Fórum da Geração Ecológica

1. GT BIOECONOMIA: Adalberto Veríssimo, Adriana Ramos - representante do Instituto Socioambiental (ISA), Beatriz Stuart Secaf - representante da FEBRABAN (Federação Brasileira de Bancos), Oé Payakan Kayapó, Mouana Fonseca e Mercedes Bustamante.

2. GT CIDADES SUSTENTÁVEIS: José Carlos Rodrigues Martins - representante da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), Katy Hellen Da Costa - representante do Levante Popular da Juventude, Ladislau Dowbor, Margaret Menezes, Michelle Almeida Silva - representante da CAMAPET (Cooperativa de Coleta Seletiva Processamento de Plástico e Proteção Ambiental), Pastora Romi Márcia Bencke - representante do Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil (CONIC) Ricardo Young - representante do IDS (Instituto Democracia e Sustentabilidade) e Walelasoetxeige Paiter Bandeira Suruí - representante do Engajamundo

3. GT ECONOMIA CIRCULAR E INDÚSTRIA: Ana Toni - representante do Instituto Clima e Sociedade (ICS) Antônio Carlos da Costa Bezerra - representante da Associação Brasileira das Indústrias de Química Fina, Biotecnologia e suas Especialidades (ABIFINA), Camila Gramkow - representante da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), Fabio Feldmann, José Luis Gordon - representante da Associação Brasileira de Desenvolvimento (ABDE), Mônica Messenberg - representante da Confede-

ração Nacional da Indústria (CNI) e Suely Araújo - representante do Observatório do Clima.

4. GT ENERGIA: Elbia Gannoun - representante da Associação Brasileira de Energia Eólica (ABEE-ÓLICA), Daniel Machado Gaio - representante do Fórum das Centrais Sindicais, Guilherme Syrkis - representante do Centro Brasil no Clima, Manoel Carnaúba Cortez, Marina Grossi - representante do Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS), Natália Chaves e Natalie Unterstell.

5. GT PROTEÇÃO, RESTAURAÇÃO E USO DA TERRA: André Guimarães - representante da Coalizão Brasil Clima, Florestas e Agricultura, Aristides Veras dos Santos - representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG), Bárbara Loureiro - representante da Via Campesina, Cícero Félix dos Santos - representante da Articulação Nacional do Semiárido (ASA) Denildo Rodrigues (Biko) - representante da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ), Esther Bermeguy, Eduardo Daher - representante da Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG), Izabella Teixeira, Letícia Tura - representante da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), Luana Kaingang, Luciana Gomes Barbosa - representante da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), Maria Luisa Taborda Borges Ribeiro - representante da SOS Mata Atlântica, Paulo Adario - Representante do Greenpeace e Raoni Rajão.

ANEXO V

Entidades com as quais a Comissão manteve diálogo permanente

- Aliança de Controle do Tabagismo (ACT) - Promoção da Saúde;
- Associação Nacional dos Servidores da Carreira de Especialista em Meio Ambiente (ASIBAMA-DF);
- Avaaz.org;
- Brasscom - Associação das Empresas de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) e de Tecnologias Digitais;
- Coletivo Cagaita;
- Comissão Nacional de Fortalecimento das Reservas Extrativistas e Povos Tradicionais Extrativistas Costeiros e Marinhos (CONFREM);
- Confederação Nacional da Indústria (CNI);
- Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG)
- Conselho Indigenista Missionário (CIMI);
- Conselho Nacional de Populações e Comunidades Tradicionais;
- Greenpeace Brasil;
- Instituto Brasil Orgânico (IBO);
- Instituto Democracia e Sociedade (IDS);
- Instituto Internacional Arayara;
- Instituto Natura;
- Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM);
- Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPN);
- Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB);
- Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA);
- Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST);
- Observatório do Clima (OC);
- Oceana Brasil;
- Pulso Público;
- WWF Brasil.

ANEXO VI

Participantes das audiências públicas da CMA (representantes de órgãos públicos e entidades – Total: 123)

- Agência Nacional de Águas - ANA;
- Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa);
- Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB)
- Articulação Nacional de Agroecologia (ANA);
- Articulação Pacari Raizeiras do Cerrado;
- Associação Brasileira da Indústria do Plástico (ABIPLAST);
- Associação Brasileira das Indústrias de Vidro (ABIVIDRO);
- Associação Brasileira dos Produtores de Soja (APROSOJA);
- Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica (APINE);
- Associação de Pesquisa IYALETA – Pesquisa, Ciência e Humanidades;
- Associação dos Membros do Ministério Público de Meio Ambiente (Abrampa);
- Associação dos Pescadores do Gravatá;
- Associação dos Servidores da Carreira de Especialista em Meio Ambiente (Asibama);
- Ato Pela Terra;
- Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES);
- Centro de Assessoria e Apoio aos Trabalhadores e Instituições Não Governamentais Alternativas-Caatinga;
- Centro de Direitos Humanos e Empresas (Homa);
- Centro de Inteligência Territorial (CIT - UFMG);
- Centro de Sensoriamento Remoto da UFMG;
- Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (CEMADEN)
- Coalizão Brasil Clima, Florestas e Agricultura;
- Coalizão Ciência e Sociedade;
- Coalizão Pró Unidades de Conservação;
- Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal Brasileiro;
- Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Senado Argentino;
- Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal);
- Comissão Pastoral da Terra (CPT);
- Comitê Rio Doce e Brumadinho;
- Comitê Sustentabilidade e Bioeconomia da Associação Brasileira do Agronegócio;
- Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF);

- Complexo Industrial Portuário (SUAPE);
- Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA);
- Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil;
- Confederação Nacional da Indústria (CNI);
- Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (CONTAG);
- Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB);
- Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS);
- Conselho Nacional das Populações Extrativistas (CNS);
- Cooperativa de Produção Agropecuária Nova Santa Rita Ltda. (COOPAN);
- Cooperativa dos Cafeicultores do Cerrado de Monte Carmelo;
- Coordenação Nacional de Articulação de Quilombos (CONAQ);
- Croplife Brasil (CLB);
- Defensoria Pública da União;
- Delegação do Parlamento Europeu para as Relações com a República Federativa do Brasil;
- Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ);
- Ellen MacArthur Foundation;
- Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa);
- Engajamundo;
- Federação das Colônias de Pescadores e Aquicultores do Rio Grande do Sul;
- Fractal Assessoria e Desenvolvimento de Negócios;
- Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA);
- Grupo Associado da Agricultura Sustentável (GAAS)
- Grupo de Trabalho de Reforma Agrária e Conflitos Fundiários da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão;
- Hutukara Associação Yanomami;
- Indústria Brasileira de Árvores (Ibá);
- Associação Brasileira da Indústria Química (Abiquim);
- Instituto Acende Brasil;
- Instituto Agrônomo de Pernambuco (IPA);
- Instituto Brasil Orgânico (IBO);

- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE);
- Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM);
- Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA);
- Instituto Centro de Vida (ICV);
- Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio);
- Instituto de Estudos Avançados (IEA);
- Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM);
- Instituto de Referência Negra Peregum;
- Instituto Democracia e Sustentabilidade (IDS);
- Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon);
- Instituto Ilumina;
- Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Microrganismos Promotores de Crescimento de Plantas (INCT-MPCPAgro);
- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra);
- Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPN);
- Instituto Socioambiental (ISA);
- Instituto SOS Pantanal;
- Ludovino Lopes Advogados;
- MapBiomas
- Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA);
- Ministério da Educação (MEC);
- Ministério da Infraestrutura;
- Ministério de Minas e Energia (MME);
- Ministério de Relações Exteriores;
- Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR);
- Ministério do Meio Ambiente (MMA);
- Ministério Público Federal (MPF);
- Ministério Público Federal do Estado do Pará;
- Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB);
- Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR);
- Movimento Negro Unificado (MNU/MG);
- Núcleo Gestor da Aliança pela Alimentação Adequada e Saudável;
- Observatório da Economia da Sociobiodiversidade (OSocioBio);

- Observatório de Manejo Florestal Comunitário e Familiar;
- Observatório do Clima (OC);
- Observatório do Código Florestal;
- Oceana Brasil;
- Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) no Brasil;
- Parlamento da República Federal da Alemanha pelo partido 'Aliança 90/Os Verdes';
- Polícia Federal (PF);
- Polícia Federal em Dourados-MS;
- Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC/Rio);
- Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma);
- Programa de Justiça Socioambiental da Fundação Heinrich Böll;
- Programa de Monitoramento de Praias (PMP);
- Projeto Rural Sustentável Caatinga da Fundação Araripe;
- Radce Consultoria e Participações Ltda;
- Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Espírito Santo (SEAMA / ES);
- Senado dos Estados Unidos da América;
- Serviço Florestal Brasileiro (SFB);
- Sindicato dos Armadores de Pesca do Rio Grande do Sul (SINDARPES);
- SOS Mata Atlântica;
- Superior Tribunal de Justiça (STJ);
- The Nature Conservancy;
- Transparência Internacional Brasil;
- Tribunal de Contas da União (TCU);
- Uneafro Brasil;
- Universidade de Brasília (UnB);
- Universidade de São Paulo (USP);
- Universidade Estadual de Campinas (Unicamp);
- Universidade Federal de Pernambuco (UFPE);
- Universidade Federal de Rio Grande (FURG);
- Universidade Federal do Paraná (UFPR);
- Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN);
- WWF Brasil.



